

A RELAÇÃO ENTRE ATENÇÃO E AMOR

Reginaldo Gonçalves Gomes⁴

Doutorado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (9/2019). Mestrado em Direito pela Universidade de Itaúna (2014). Doutorado em Filosofia/Ética, em andamento, na Faculdade de Filosofia e Teologia/FAJE. Bolsista Capes. Mestrado em Filosofia/Ética em andamento na Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, com previsão de término em 2026. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas (1999). Licenciado em Letras pela Faculdade de Letras da UFMG (1992). Bacharelado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia - Fafich - UFMG (2022).

RESUMO

Este artigo explora a relação entre atenção e amor na promoção da coesão comunitária. Argumenta que o amor é uma virtude epistêmica, necessitando de responsabilidade e atenção para ser despertado e aplicado coletivamente. Utilizando conceitos de atenção *top-down* e *bottom-up*, o estudo investiga como esses processos influenciam a percepção e o amor. A pesquisa se baseia nos trabalhos de Carolyn Dacey Jennings, bell hooks e Iris Murdoch, que discutem o papel da atenção e do amor na construção do conhecimento. Jennings defende a atenção como conhecimento sensível, enquanto hooks e Murdoch destacam o amor como um elemento central na moralidade e na epistemologia. A conclusão aponta a necessidade de incorporar o amor na epistemologia, promovendo sua aplicação coletiva como um instrumento contra injustiças.

PALAVRAS-CHAVE

Atenção; Amor; Conhecimento; Moralidade.

ABSTRACT

This article explores the relationship between attention and love in promoting community cohesion. It argues that love is an epistemic virtue, requiring responsibility and attention to be awakened and applied collectively. Using the concepts of top-down and bottom-up attention, the study investigates how these processes influence perception and love. The research draws on the works of Carolyn Dacey Jennings, bell hooks, and Iris Murdoch, who discuss the role of attention and love in the construction of knowledge. Jennings advocates attention as perceptual knowledge, while hooks and Murdoch highlight love as a central element in morality and epistemology. The conclusion points to the need to incorporate love into epistemology, promoting its collective application as an instrument against injustices.

KEYWORDS

Attention; Love; Knowledge; Morality.

⁴ Nota do autor: Salvo indicação em contrário, todas as traduções de trechos em língua inglesa são de minha autoria.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propõe-se uma abordagem epistêmica que explora a relação entre a atenção e o amor, em sua dimensão coletiva, como forma de promover a coesão em uma comunidade. O amor é considerado uma virtude que requer responsabilidade por parte do agente epistêmico. Além disso, identificamos o potencial do amor como instrumento na luta contra as injustiças epistêmicas. No entanto, é fundamental incorporar o amor em uma epistemologia do conhecimento.

Portanto, é inviável desenvolver uma teoria sobre o amor sem considerar a dimensão da atenção epistêmica, uma vez que somente a atenção pode despertar o amor em sua forma coletiva. Nesse contexto, as noções de atenção endógena e exógena (*top-down e bottom-up*) desempenham um papel fundamental na compreensão de como o amor é despertado na percepção do sujeito, especialmente no que se refere ao conhecimento sensorial.

Frequentemente, as pessoas agem sem plena consciência dos objetos ao seu redor, e é a atenção que desempenha um papel crucial ao despertar o amor pelo conhecimento sensorial.

O objetivo deste estudo é compreender a estrutura da atenção e do amor no contexto do conhecimento sensorial, bem como investigar como esses elementos estão interligados. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, utilizando o método hipotético-dedutivo.

Utilizaremos como referencial teórico os livros das autoras Carolyn Dicey Jennings – *The Attending Mind*. New York: Cambridge University Press, 2020 –; bell hooks – *All About Love: New Visions*. Harper Collins Publishers, 2000 – e Iris Murdoch – *The Sovereignty of Good*. London: Routledge & K. Paul, 1970.

Jennings aborda a questão da atenção com base na neurociência e nas contribuições da filosofia da mente, enquanto hooks e Murdoch exploram a ética do amor.

PERCEPÇÃO, CONHECIMENTO E CONSCIÊNCIA

Filósofos e neurocientistas concordam que a percepção, o conhecimento e a atenção desempenham papéis fundamentais na compreensão da realidade e até mesmo do próprio eu. Esses três temas têm sido objeto de estudo recorrente tanto por filósofos quanto por neurocientistas.

Filósofos, como Descartes (1993), Locke (1993) e Kant (2015), embora com abordagens metodológicas distintas, teorizaram profundamente sobre a percepção e o conhecimento.

Para Descartes, é necessário duvidar da realidade. Ele introduz, assim, o método da dúvida metódica (DESCARTES, 1993). Na obra *Meditações*, invoca os erros dos sentidos com o objetivo de instilar essa dúvida, afirmando que os sentidos frequentemente nos enganam e, por isso, devem ser questionados.

Todavia, Descartes não nega a existência da percepção nem do mundo exterior; apenas considera que a percepção sensorial não constitui uma base segura para o conhecimento. Para ele, é a mente (ou a alma) que fundamenta todo conhecimento. A percepção deve ser submetida a um rigoroso escrutínio antes de ser aceita como verdadeira. Sua conclusão é expressa na célebre frase *Penso, logo existo*”, que afirma ser a existência do pensamento indubitável, mesmo quando todas as demais percepções possam ser colocadas em dúvida (DESCARTES, 2008).

Locke (1993) compreende o conhecimento como a percepção das conexões, acordos, desacordos e contrastes entre nossas ideias. Em oposição ao inatismo, defende que somos como uma “tábula rasa,” ou seja, todo conhecimento deriva da experiência. Segundo ele, é a experiência que fornece as ideias a partir das quais o pensamento opera.

Hume (2009), por sua vez, afirma que o conhecimento advém das percepções da mente, as quais são divididas em impressões e ideias. As impressões antecedem as ideias e podem ser originais ou derivadas, isto é, impressões de sensação e impressões de reflexão. As impressões de sensação provêm diretamente da experiência externa, enquanto as de reflexão decorrem de experiências internas, como paixões e emoções. Hume (2009) sustenta que as impressões são o resultado vívido e imediato da experiência, ao passo que as ideias são imagens pálidas dessas impressões, utilizadas

em julgamentos e raciocínios. Enquanto a impressão é recebida do exterior com intensidade, a ideia é uma reprodução enfraquecida dessa vivência sensorial. O objeto, assim, é impresso duas vezes no sujeito: uma de forma intensa e transitória nos órgãos sensoriais, e outra de forma mais duradoura e estável na mente.

A partir dessas definições, Hume (2009) conclui que o papel da mente no processo de ideação é fundamentalmente passivo. Nesse sentido, pode ser considerado o verdadeiro fundador do empirismo, mais ainda do que Locke, pois concebe o sujeito como receptáculo das impressões.

Já Kant (2015) propõe uma síntese entre o racionalismo cartesiano e o empirismo humeano, desenvolvendo o que chamou de filosofia transcendental. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant (2015) passa a entender o conhecimento não a partir do objeto, mas sim a partir do sujeito cognoscente. O objeto é conhecido na medida em que se conforma às estruturas da mente sensível e racional.

A distinção kantiana entre *noumeno* (a coisa em si) e *fenômeno* (aquilo que aparece) indica que só podemos conhecer as coisas tal como se apresentam à nossa sensibilidade, ou seja, como fenômenos. A coisa em si permanece incognoscível. O fenômeno, portanto, é uma representação resultante da afecção do sujeito por algo externo (KANT, 2015, p. 242-274).

Kant (2015) procura explicar como a razão pura pode produzir conhecimento sem recorrer à experiência, ao mesmo tempo em que mostra como ela também é capaz de conhecer por meio da experiência. Para tanto, ele distingue dois elementos fundamentais: as intuições e os conceitos, que compõem as condições da possibilidade do conhecimento objetivo.

Nesse contexto, para Kant (2015), espaço e tempo são formas puras da sensibilidade, que integram a chamada estética transcendental. Eles não são propriedades das coisas em si, mas estruturas *a priori* da mente humana. O sujeito não percebe objetos fora dessas formas, sendo que toda intuição sensível está condicionada por elas.

A mente, assim, organiza o conhecimento a partir das intuições determinadas pelas formas do espaço e do tempo. Desse modo, para que haja conhecimento, é necessário que os dados sensíveis estejam submetidos a essas formas *a priori*. Esse

conhecimento é objetivo porque a validade do objeto depende das condições espaço-temporais impostas pela mente.

As categorias do entendimento, por sua vez, permitem a transformação das intuições empíricas em conhecimento objetivo. Isso ocorre por meio do esquema, que é conceito mediador entre a sensibilidade e o entendimento, que possibilita a aplicação das categorias aos objetos da experiência.

Kant (2015) sustenta que a percepção isolada da realidade não gera conhecimento. É preciso ter consciência do mundo ao seu redor, isto é, os dados sensíveis devem ser organizados pelas categorias do entendimento. Assim, Kant (2015) distingue dois tipos de consciência: a empírica e a transcendental. A consciência empírica é a capacidade de ter consciência direta e imediata das percepções e sensações da realidade, do mundo externo. Já a consciência transcendental consiste na autoconsciência e está conectada com as condições da possibilidade do conhecimento *a priori*, a qual serve para fazer julgamentos sintéticos *a priori*. Esses julgamentos não dependem da experiência e são fundamentados nas categorias do entendimento.

Nesse ponto, Kant (2015) introduz um outro elemento para a estrutura do conhecimento, que é a apercepção transcendental. Esta se refere à capacidade fundamental da consciência de se reconhecer como o sujeito unificado e consciente de suas experiências. É a consciência reflexiva do “eu penso” que acompanha todas as nossas representações mentais. Para Kant, a apercepção é a base da unidade da experiência, pois é através dela que todas as nossas percepções, pensamentos e intuições são reunidas em uma consciência coerente e organizada.

A apercepção, de acordo com Kant (2015), está intimamente ligada à noção de autoconsciência e ao entendimento de que somos seres racionais capazes de refletir sobre nossas próprias experiências. Ela é responsável por conferir unidade e coerência aos nossos pensamentos, permitindo-nos reconhecer e integrar nossas diversas representações em um todo significativo.

Kant (2015) argumenta que a unidade da apercepção é fundamental para a possibilidade do conhecimento objetivo. Não obstante todas as nossas experiências sejam subjetivas, é por meio da unidade da apercepção que conseguimos conectar e organizar essas experiências em um sistema coerente de conhecimento. Por isso, a apercepção desempenha um papel central na filosofia kantiana, contribuindo para a

compreensão da estrutura da mente humana e para a possibilidade de conhecimento e experiência consciente.

CONSCIÊNCIA, PERCEPÇÃO E ATENÇÃO

Jennings (2020, p. 201) esclarece que “ao argumentar que a consciência não depende da atenção, este trabalho segue o de filósofos históricos, como Locke e Reid, e de filósofos contemporâneos, como Block e Campbell, em oposição ao de outros filósofos contemporâneos, como Prinz e Watzl.”⁵

Jennings, ao fazer essa afirmação, estuda vários filósofos da mente, bem como neurocientistas. Ela afirma que a sintonização consciente (*consciousness entrainment*) ocorre sem atenção. Isso quer dizer, segundo a autora, que muitas ações ou atividades realizadas com destreza, experiência ou habilidade são fruto do hábito. Se é fruto do hábito, ocorre em razão da repetição; uma experiência repetida diversas vezes se torna um hábito, ou seja, ocorre somente no nível da percepção, sem a concorrência da razão ou com o entendimento, usando a definição de Kant. Em suma, a consciência não depende da atenção e, por conseguinte, na sintonização da consciência não há concorrência da atenção, isto é, há diversas ações que são realizadas conscientemente por hábitos (JENNINGS, 2020, p. 201). Essas afirmações aproximam a autora de filósofos empiristas, tais como Locke (1993), Hume (2009) ao sustentar que o conhecimento se dá apenas a partir da percepção das sensações.

Locke (1993, p. 54–55), ao tratar da consciência, questiona a ideia de que uma pessoa está sempre consciente de seus próprios pensamentos, argumentando que a consciência é a percepção do que ocorre na mente de cada indivíduo e que não é possível que outra pessoa saiba que alguém está consciente de algo se ele próprio não percebe isso. Locke (1993) sugere que o conhecimento é limitado pela experiência individual e ilustra isso ao sugerir acordar alguém de um sono profundo e perguntar no que estava pensando, o que, sem a consciência de algum pensamento, exigiria uma espécie de adivinhação para afirmar que ele estava pensando em algo.

⁵ (...) By arguing that consciousness does not depend on attention, this work follows that of historical philosophers such as Locke and Reid, and contemporary philosophers such as Block and Campbell, against that of other contemporary philosophers such as Prinz and Watzl (JENNINGS, 2020, p. 201).

Sob a ótica de Locke (1993), estar consciente é perceber internamente os fenômenos mentais. Essa é a interpretação de Freitas dessa passagem de Locke.

Chama a atenção a aproximação realizada por Locke entre a atividade da consciência e a percepção: estar consciente é perceber os fenômenos mentais. Se se considera seriamente essa aproximação, é possível entender que as atividades da consciência se desenvolvem a maneira da percepção dos objetos externos permitida pelos sentidos, algo como uma percepção interna dos fenômenos mentais. No capítulo acerca da percepção, no Livro II do Ensaio, Locke observa sobre essa atividade de perceber: “porque ordinariamente naquilo a que se chama pura e simplesmente percepção, a mente é apenas passiva, não podendo deixar de perceber [destaques meus] o que realmente percebe” (1999, p. 169). À luz dessa passagem sugiro que, na consciência, assim como na percepção dos objetos externos, a percepção dos fenômenos mentais é ser tanto ‘passiva’ quanto ‘involuntária’. Essas marcas da passividade e involuntariedade são importantes para, adiante, ser possível separar as atividades da consciência de ao menos um dos graus de reflexão (FREITAS, 2020, p. 87).

Freitas afirma que, segundo a “aproximação sugerida por Locke”,

que se um indivíduo de olhos abertos se encontra diante de uma árvore, ele não pode evitar percebê-la, tampouco é preciso algum exercício de sua vontade para tal; de modo semelhante, um indivíduo que se lembra – uma operação da memória –, não pode evitar perceber que se lembra e, do mesmo modo que na percepção, não precisa exercitar sua vontade para ser capaz de estar consciente disso (FREITAS, 2020, p. 87).

Então, o ato de perceber um objeto é passivo; isso quer dizer que perceber não é conhecer o objeto. Portanto, somente na consciência, “está-se consciente de uma ideia que representa uma operação mental. Sempre que há uma ideia de uma operação da mente, não se pode não se aperceber disso” (FREITAS, 2020, p. 88).

Por isso, Jennings afirma que a atenção é conhecimento sensorial (*perceptual knowledge*) (JENNINGS, 2020, p. 77; 200; 201). Jennings (2020, p. 76–77) explica que a atenção desempenha um papel fundamental na organização do campo perceptivo de acordo com os interesses do sujeito. Por exemplo, ao explorar uma nova cidade na primavera, podemos inicialmente focar nas cores vivas das plantas, mas, quando nos perdemos e precisamos encontrar o caminho de volta, as placas de rua se tornam os elementos que mais se destacam, enquanto outros detalhes, como as plantas coloridas, passam para o fundo da percepção. Assim, a experiência visual se reorganiza em torno do novo objetivo de retornar para casa.

Jennings (2020, p. 102) sustenta que “mais importante, entendo que o conhecimento perceptual depende do sujeito, e não da consciência.”⁶ Isso quer dizer que a autora entende que a atenção provém das experiências perceptuais/sensoriais do sujeito, ou seja, refere-se às características individuais, psicológicas e cognitivas de uma pessoa. Essas características influenciam a forma como a pessoa percebe e interpreta o mundo e podem incluir a bagagem de experiências passadas, a cultura, a personalidade, os preconceitos e as capacidades cognitivas únicas de cada indivíduo. Ao contrário, a consciência se refere à capacidade de uma pessoa perceber a realidade, ter ciência de que há mundo fora de sua mente, mas isso não contribui em nada para a atenção, que para ela é conhecimento sensível.

Portanto, Jennings (2020) diverge, em certa medida, da posição de Descartes quanto à percepção do mundo, uma vez que, para Descartes, a percepção é falha e não se pode confiar nela, sendo o conhecimento fundamentado no *cogito*. Assim, ao afirmar que a atenção é conhecimento sensorial e que depende exclusivamente do sujeito, e não da consciência, Jennings fundamenta sua teoria da atenção nas experiências subjetivas. Por isso, ela se posiciona como uma empirista, uma vez que a razão não desempenharia nenhum papel no despertar da atenção.

Essa opção por afastar a razão do processo de conhecimento e concentrar-se na percepção torna-se evidente quando Jennings (2020, p. 199) argumenta que a atenção indica a existência de um ‘eu’ ou sujeito que dirige seus poderes internamente, enquanto suas motivações se voltam para o exterior. Para perceber novos estímulos ou agir de maneira inédita, é necessário recorrer à atenção, que conecta metas e motivações a estímulos sensoriais e respostas comportamentais. No entanto, à medida que o ambiente se torna familiar, a atenção deixa de ser necessária, cedendo lugar ao reconhecimento e à automatização. A ação deliberada transforma-se em hábito e habilidade, permitindo que a mente redirecione seus recursos limitados para outras tarefas. Essa concepção sobre atenção e mente se apresenta como inovadora, ainda que dialogando com diversas tradições filosóficas.

Por outro lado, Jennings (2020) deixa claro que o fisicalismo, por si só, não é suficiente para explicar a atenção, e por isso recorre à teoria do materialismo não reduutivo.

⁶ Most importantly, I see perceptual knowledge to depend on the subject, rather than on awareness (JENNINGS, 2020, p. 102).

Jennings (2020, p. 200) utiliza evidências sobre a atenção para argumentar em favor da existência de um “eu” emergente com poderes causais, responsável por direcionar a atenção. A autora estrutura o debate a partir de duas interpretações possíveis: o fisicalismo, que considera a mente redutível ao que pode ser explicado pela física, e o materialismo não redutivo, que considera a mente redutível ao que pode ser explicado pela ciência em geral, mas não necessariamente pela física. Para sustentar sua argumentação, Jennings (2020) recorre a três tipos de evidência: experiência, comportamento e estudos sobre o cérebro.

Jennings (2020, p. 200) continua a defender a existência de um “eu” que não depende exclusivamente de processos físicos, argumentando que a experiência da atenção esforçada, o controle executivo baseado na atenção e o fenômeno neural de acoplamento fase-amplitude sugerem a presença de um “eu” não redutível, dotado de poderes causais. Embora essas evidências possam ser interpretadas como uma ilusão compatível com o fisicalismo, a autora sustenta o materialismo não redutivo, afirmando que esse “eu” é funcional e requer mais do que uma emergência fraca para ser adequadamente explicado.

Jennings (2020) afirma que correntes filosóficas como o fisicalismo, o materialismo não redutivo e a filosofia da mente oferecem explicações para o fenômeno da atenção. Ela sustenta que a experiência de direcionar a atenção com esforço, a capacidade de controlar a atenção ao iniciar tarefas e alternar entre elas, bem como certos fenômenos neurais relacionados à atenção, sugerem a possibilidade de um “eu” que não pode ser totalmente reduzido a processos puramente físicos. Em outras palavras, Jennings defende que há evidências que indicam a existência de um aspecto da mente que não pode ser explicado unicamente por meio de processos físicos.

Esse “eu” ao qual Jennings se refere é aquele dotado de “seus próprios poderes causais”. Portanto, aproxima-se do “eu” ao qual Kant se refere na *Crítica da Razão Pura*: o “eu empírico” (distinto do “eu transcendental”), que corresponde à nossa identidade pessoal moldada pelas experiências (KANT, 2015, p. 317–318).

Nesse sentido, para Jennings (2020), a atenção desempenha um papel fundamental na compreensão da ação e do controle, destacando dois tipos de controle em tensão: o controle baseado na atenção e a automaticidade estratégica. No primeiro

caso, a atenção é utilizada para monitorar opções e tomar decisões; no segundo, hábitos e habilidades previamente desenvolvidos permitem a execução automática de ações.

Prosseguindo, Jennings (2020) aponta evidências empíricas relacionadas a hábitos, habilidades e situações em que a atenção pode interferir negativamente em ações já aprendidas, fenômeno conhecido como engasgo (*choking*).

Jennings (2020) contesta o princípio da atenção-para-ação e propõe uma abordagem de controle hierárquico, argumentando que o controle baseado na atenção é necessário para ações novas, mas, à medida que nos tornamos mais experientes, a automaticidade estratégica passa a suprimir esse controle atencional. Ela compara essa transição a uma tarefa terceirizada e destaca as diferenças neurais envolvidas.

Dessa forma, a autora destaca que essas descobertas têm implicações no entendimento do livre-arbítrio, da responsabilidade moral e do uso de tecnologias que manipulam a atenção, como as redes sociais em dispositivos móveis. Ela sustenta a importância do papel que a atenção exerce na mente humana e sua influência sobre a autoconsciência, a percepção e a ação. Para Jennings, a atenção deve ser compreendida como um elemento central que distingue os seres humanos e molda sua interação com o mundo (JENNINGS, 2020, p. 201–203).

TOP-DOWN AND BOTTOM-UP ATTENTION⁷

Os estudos acerca da atenção na neurociência utilizam dois termos que explicam como ela ocorre na mente do sujeito, a saber *top-down* e *bottom-up* attention (atenção endógena e exógena, respectivamente). Sobre a atenção, Young e Jennings afirmam o seguinte:

(...) Além dessas três abordagens gerais sobre a natureza da atenção, muitas variedades de atenção foram observadas por filósofos e cientistas. Entre essas, talvez a distinção mais conhecida seja aquela que James denominou de atenção “passiva, reflexa, não voluntária, sem esforço” e atenção “ativa e voluntária.” A atenção do primeiro tipo ocorre, por exemplo, quando um grande animal atravessa o seu caminho. Em contrapartida, a atenção do segundo tipo manifesta-se quando se detecta um movimento sutil nos arbustos e se procura determinar sua origem. A principal diferença observada por James é que a atenção involuntária pode ser “imediate” ou “derivada”, enquanto a atenção voluntária é sempre derivada (“nunca nos esforçamos para prestar atenção a um objeto, exceto em virtude de algum interesse remoto que o esforço venha a servir.” Contudo, ele deixou em aberto a

⁷ Atenção endógena e exógena, respectivamente. Tradução nossa.

possibilidade de as duas não serem metafisicamente distintas: “Em suma, a atenção voluntária e involuntária podem ser essencialmente a mesma.” (JENNINGS; YOUNG, 2022, p. 309).⁸

Na neurociência, a atenção *top-down* (endógena) se refere ao direcionamento voluntário da atenção a certos objetos, características ou regiões no espaço, ou seja, é subjetiva. Enquanto a atenção *bottom-up* (exógena) é involuntária, direcionada para objetos que atraem a atenção do sujeito, mesmo que o sujeito não tenha vontade de atender a esse estímulo (PINTO, 2013, *et al.*, p. 1).

Ao discorrer sobre a neurofisiologia da atenção *top-down*, Katsuki e Constantinidis (2014, p. 515-516) afirmam que a atenção visual *top-down* é um processo voluntário em que uma localização, característica ou objeto relevante para os objetivos atuais é selecionado internamente e focado. O principal efeito desse tipo de atenção é o aumento da atividade neural para o elemento de interesse em comparação com estímulos que não são relevantes, enquanto há uma supressão das respostas neuronais para esses estímulos irrelevantes.

Katsuki e Constantinidis (2014, p. 510-511) afirmam que, de acordo com essa ideia, a atenção é frequentemente descrita como um processo que envolve um mapa global, onde a informação visual é processada em mapas de características separadas, como orientação e cor, e depois incorporada em um “mapa de saliência” que destaca o estímulo mais relevante. Esse processo de atenção é guiado por um mecanismo de “o vencedor leva tudo”, direcionando-se para o ponto de maior ativação. A capacidade dos estímulos de atrair a atenção depende tanto da saliência inerente quanto da relevância para os objetivos atuais, levando à proposta de um “mapa de prioridade” que integra as etapas do sistema visual *bottom-up*, orientando a atenção para os estímulos mais pertinentes.

⁸ Beyond these three general accounts of the nature of attention, many varieties of attention have been observed by philosophers and scientists. Among these varieties, perhaps the best-known distinction is between what James called “passive, reflex, non-voluntary, effortless” attention and “active and voluntary” attention.

Attention of the first type occurs when, for example, a large animal runs across your path. On the other hand, attention of the second type occurs when you detect a subtle movement in the bushes and try to determine its source. The main difference that James noted between these was that involuntary attention might be “immediate” or “derived,” whereas voluntary attention is always derived (“we never make an *effort* to attend to an object except for the sake of some *remote* interest which the effort will serve”). He nonetheless left it open as to whether the two are metaphysically distinct: “In short, voluntary and involuntary attention may be essentially the same”. (JENNINGS; YOUNG, 2022, p. 309).

A neurociência, ao estabelecer definição para atenção, leva em conta processos físicos ocorrentes no cérebro (fiscalismo). Todavia, a neurociência não explica como a atenção, que é um fenômeno subjetivo, portanto, conectado a um ponto de vista do sujeito, define o que é importante para ser observado ou mesmo destacado do pensamento. Segundo Nagel,

Embora uma explicação da base física da mente deva elucidar diversas questões, esta se mostra a mais difícil. É impossível excluir as características fenomenológicas da experiência de uma redução, assim como se excluem as características fenomenais de uma substância comum de sua redução física ou química, ou seja, explicando-as como efeitos nas mentes dos observadores humanos. Se o fiscalismo tiver de ser defendido, as próprias características fenomenológicas devem receber uma explicação de natureza física. Contudo, ao examinarmos seu caráter subjetivo, parece inviável tal resultado, pois todo fenômeno subjetivo está essencialmente ligado a um único ponto de vista, e é inevitável que uma teoria física objetiva abandone esse ponto de vista (NAGEL, 1979, p. 437).⁹

Jennings (2020, p. 37) realça essa subjetividade que está contida na atenção quando afirma: “Em outro trabalho, argumentei que a definição de atenção que melhor se ajusta tanto ao uso comum quanto à evidência empírica é aquela na qual a atenção se configura como um processo de seleção mental por um sujeito.”¹⁰

O estudo da atenção, de fato, envolve processos fisiológicos. Todavia, não há como separar esses processos físicos dos processos mentais. Jennings, ao tratar do tema, assevera que a atenção possa estar ligada, também, a uma “causação mental”, portanto, subjetiva. Jennings (2020, p. 32) afirma que alguns filósofos parecem aceitar a possibilidade de causação mental, mas não atribuem essa capacidade a um “eu” com poderes causais. Mesmo assim, o termo “sujeito” ainda é utilizado em alguns contextos, referindo-se a fenômenos em nível de sujeito.

O debate acerca de como a atenção é provocada tem muitas controvérsias. Mas filósofas como Jennings argumentam que a atenção é um caminho para o conhecimento sensível (JENNINGS, 2020, p. 201), o que induz à assertiva de que, para o

⁹ While an account of the physical basis of mind must explain many things, this appears to be the most difficult. It is impossible to exclude the phenomenological features of experience from a reduction in the same way that one excludes the phenomenal features of an ordinary substance from a physical or Chemical reduction of it—namely, by explaining them as effects on the minds of human observers. If physicalism is to be defended, the phenomenological features must themselves be given a physical account. But when we examine their subjective character it: seems that such a result is impossible. The reason is that every subjective phenomenon is essentially connected with a single point of view, and it seems inevitable that an objective, physical theory will abandon that point of view” (NAGEL, 1979, p. 437).

¹⁰ I have elsewhere argued that the definition of attention that best fits both common usage and empirical evidence is one in which attention is a process of mental selection by a subject (JENNINGS, 2020, p. 37).

conhecimento sensível, é necessária experiência através do contato com o objeto. Outrossim, deve-se argumentar que o conhecimento sensível, por si só, não é conhecimento, pois ver, sentir, tocar, ouvir e cheirar não encerram o conhecimento humano.

Kant afirma que o conhecimento começa com a experiência. Todavia, não surge apenas da experiência, uma vez que existem conhecimentos *a priori*, que independem da experiência (KANT, 2015, p. 45–46). O próprio Kant se refere à atenção quando a trata como um sentido interno:

Eu não entendo como se pode encontrar tanta dificuldade em [entender] que o sentido interno seja afetado por nós mesmos. Cada ato da atenção pode nos dar um exemplo disso. Nele, o entendimento determina sempre o sentido interno, em conformidade com a ligação que ele pensa, a uma intuição interna que corresponda ao diverso na síntese do entendimento. O quanto a mente seja, desse modo, comumente afetada, é algo que qualquer um poderá perceber em si [N.A.]. (KANT, 2015, p. 142-143, nota de rodapé 15).

Indubitavelmente, a atenção é conhecimento sensível, mas controlado pelo subjetivo do sujeito cognoscente. Assim, tanto a atenção *top-down* quanto *bottom-up* exigiriam do sujeito a experiência para conhecer o objeto, diferindo uma da outra quanto à voluntariedade (*top-down*) e à involuntariedade, por estímulo exterior (*bottom-up*), segundo os autores citados.

A DIMENSÃO COLETIVA DO AMOR

Quando se aborda o tema amor, a ideia é de que esse sentimento é essencialmente individual, subjetivo, e é percebido a partir da sensibilidade. Grandes filósofos que trataram do tema deram-lhe essas dimensões. Segundo Carvalho et al., é preciso retirar o amor da posição de um afeto de dimensão individual, pois o amor é de dimensão coletiva:

O desafio que ainda se impõe é desfazer a compreensão de que esse afeto compõe um regime estritamente subjetivo e ineficiente, por conseguinte, para a epistemologia. Isto é, o desafio consiste em retirar o amor da dimensão de um afeto que se refere apenas a um sentimento individual para lhe projetar no patamar de um sentimento compartilhado intersubjetivamente. O amor se refere mais a uma instância coletiva do que a sentimentos que nos afetam num sentido radicalmente individual (CARVALHO, et al, 2022, p. 141).

Segundo hooks (2000, p. 129–130), o amor possui uma concepção coletiva. A autora faz uma constatação que, a princípio, parece óbvia, mas não é: ela afirma que homens e mulheres se organizam em comunidade, e que é a comunidade que “sustenta a

vida”. E nascemos em um mundo comunitário, sendo que as crianças vêm ao mundo cercadas pela “possibilidade de uma comunidade.”

É nesse espaço comunitário que cultivamos o amor, primeiro na família, depois alargado para a comunidade (hooks, 2000, p. 133). A autora sustenta que a amizade é o primeiro sentimento de “amor redentor” e de uma “comunidade atenciosa” e que essa aprendizagem do amor na amizade: “(..) nos empodera de maneiras que nos permitem levar esse amor a outras interações com a família ou com vínculos românticos (hooks, 2000, p. 134).¹¹

Além disso, para hooks, o amor, em sua dimensão coletiva, tem a virtude de fomentar no indivíduo o desejo de sacrifício em prol da comunidade, como se observa quando ela afirma que: “A disposição para sacrificar é uma dimensão necessária da prática do amor e da vida em comunidade. Nenhum de nós pode ter as coisas do seu jeito o tempo todo. Renunciar a algo é uma forma de manter o compromisso com o bem-estar coletivo. Nossa disposição para fazer sacrifícios reflete nossa consciência da interdependência” (hooks, 2000, p. 142-143).¹²

Desse modo, para hooks (2000, p. 165), o amor é “ação, uma emoção participativa.” Desse modo, a pessoa deve agir para amar, bem como esse amor necessita de participação ativa do outro, da comunidade, do cuidado. Nas palavras de hooks (2000, p. 165): “(...) O caminho para o amor não é árduo nem oculto, mas devemos escolher dar o primeiro passo.”¹³

Esclarece hooks (2000, p. 165) que o amor, em sua dimensão coletiva, não exclui nenhum indivíduo desse afeto coletivo, pois se uma pessoa não der o primeiro passo para amar, uma outra o mostrará como dar esse primeiro passo.

Nessa mesma perspectiva, Carvalho *et al.* asseveram que:

Quando mostra essa ligação entre as pessoas numa comunidade, o amor é dos principais afetos responsáveis por indicar o grau de interdependência que

¹¹(...) empowers us in ways that enable us to bring this love to other interactions with family or with romantic bonds” (hooks, 2000, p. 134).

¹² The willingness to sacrifice is a necessary dimension of loving practice and living in community. None of us can have things our way all the time. Giving up something is one way we sustain a commitment to the collective well-being. Our willingness to make sacrifices reflects our awareness of interdependency (hooks, 2000, p. 142-143).

¹³(...) The path to love is not arduous or Hidden, but we must choose to take the first step. (hooks, 2000, p. 165).

guardamos uns com os outros (hooks, 2021, p. 111). O reconhecimento dessa interdependência acontece quando entendemos com o amor o compromisso com as demais pessoas sem as quais ele não se realiza. É nesse sentido que o exercício do amor requer a tarefa do cuidado (CARVALHO, 2022, p. 142).

A comunidade na qual a prática do amor a sustenta é aquela em que um grupo de indivíduos aprendeu a se comunicar com honestidade e onde há confiança mútua. De acordo com hooks (2000, p. 129), Peck define comunidade como a união de pessoas que aprenderam a se comunicar de forma honesta, cujas relações vão além das aparências e que desenvolveram um compromisso significativo de celebrar, lamentar e compartilhar as experiências uns dos outros, cuidando mutuamente das condições de cada um.

Nesse contexto, hooks (2000) afirma que o cuidado é uma dimensão do amor, mas que, isoladamente, não é suficiente para efetivamente amar. Ela defende que o amor é composto por seis elementos: cuidado, confiança, conhecimento, responsabilidade e respeito. A combinação desses elementos eleva o amor a uma dimensão coletiva.

Ao refletir sobre sua experiência pessoal, hooks (2000, p. 8) descreve como se sentia verdadeiramente amada por membros da família, como seu avô, e como essa experiência de amor genuíno – envolvendo cuidado, compromisso, confiança, conhecimento, responsabilidade e respeito – a ajudou a superar situações de falta de amor. Ela reconhece que seus pais ofereceram cuidado e acredita que, se tivessem sido amados por seus próprios pais, teriam dado esse amor aos filhos, ressaltando que, embora o cuidado seja uma dimensão do amor, apenas oferecer cuidado não significa necessariamente amar.

Ainda nesse sentido, a autora enfatiza as seis dimensões do amor quando novamente afirma: “Adotar uma ética do amor significa que utilizamos todas as dimensões do cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento em nossas vidas cotidianas” (hooks, 2000, p. 94).¹⁴

Ademais, hooks (2000, p. 136) destaca a perspectiva inclusiva do amor, bem como sua dimensão coletiva, quando afirma que o amor genuíno se sustenta com nosso envolvimento com a família, amigos, com todos que escolhemos amar e com nós mesmos e, naturalmente, desde que essa relação contenha atos de cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade.

¹⁴Embracing a love ethic means that we utilize all the dimensions of love-care, commitment, trust, responsibility, respect, and knowledge – in our everyday lives (hooks, 2000, p. 94).

Em diálogo com essa concepção, De Jaegher (2021), com base em Kym Maclaren, afirma que a ideia de “deixar ser” é fundamental para compreender a natureza do conhecimento. Ela argumenta que, ao conhecermos pessoas e coisas, há uma tendência a adotar uma abordagem excessivamente determinista, o que pode limitar o processo do conhecer. Nesse sentido, De Jaegher (2021, p. 859) argumenta que:

“(...) Somos implicados em nossas ações pela forma como os outros e nós mesmos atuamos uns sobre os outros e sobre as coisas. Assim, ‘as ações dos outros nunca simplesmente nos permitem ser ou nos deixam livres para ser quem somos. As ações dos outros sempre nos situam e determinam’ (p. 196). E nós fazemos o mesmo com os outros.”¹⁵

Assim, deixar ser seria uma forma de equilibrar as relações interpessoais, estabelecendo limites de subdeterminação e sobredeterminação.

Com base nessa abordagem, De Jaegher (2021, p. 859) sustenta que deixar ser não é uma atitude *laissez-faire*, mas sim um envolvimento dinâmico – um equilíbrio contínuo entre sobredeterminação e subdeterminação. Conhecer, para ela, envolve um processo dialético no qual o conhecedor e o conhecido estão mutuamente implicados, evoluindo em suas determinações. Dessa forma, compreender o engajamento no conhecimento pode ser alcançado analisando-se a relação em que esse engajamento é mais evidente: o amor. Isso abre caminho para explorar uma epistemologia engajada, que reconhece a natureza dinâmica e mutável do conhecimento.

Desse modo, De Jaegher (2021) oferece uma perspectiva filosófica única ao explorar a inter-relação entre amor e conhecimento, destacando a importância do engajamento pessoal, da concretude e da transformação mútua tanto no amor quanto no processo de conhecimento. Essa abordagem propõe uma compreensão mais profunda da cognição, indo além de abordagens isoladas e descontextualizadas.

Além disso, assim como bell hooks (2000), De Jaegher (2021) também investiga a interconexão entre os conceitos de conhecimento e amor, propondo uma análise filosófica que destaca sua relação constitutiva.

A partir dessa articulação, De Jaegher (2021) entende que o amor e o conhecimento compartilham um núcleo comum e estão interligados. Ela propõe explorar essa conexão por meio de uma abordagem enativa. Amar e conhecer são

¹⁵ (...) We are implicated in our actions by the way others and we ourselves act on each other and things. Thus, ‘[o]thers’ actions never simply ‘let us be’ or leave us free to be who we are. Others’ actions always situate and determine us. (...) And we do the same to others. (De JAEGER, 2021, p. 859).

manifestações da mesma forma básica e existencial de se relacionar, pois tanto o amante quanto o amado são particulares e concretos. Explica a autora:

O movimento do amor não apenas se inicia em um lugar preciso; ele também se dirige a um local específico: o amado. O amante e o amado são particulares e concretos. E, por fim, abrange aquilo que ocorre entre eles: a sua relação. Esse fenômeno, assim como o “deixar ser”, possui não dois, mas três elementos básicos: o amante, o amado e a relação entre eles (DE JAEGHER, 2021, p. 860).¹⁶

Dessa maneira, o ato de amar envolve uma movimentação em direção ao mundo a partir da direção interna do indivíduo. O amor não é neutro; o amante e o amado são particulares e concretos, implicando uma identidade pessoal profunda. O movimento do amor começa de um lugar preciso e se estende a um lugar específico: o amado. O relacionamento entre o amante e o amado inclui três elementos: o amante, o amado e a relação entre eles. Os amantes são seres particulares, encontrando-se em interações mundanas específicas (DE JAEGHER, 2021, p. 860–862).

Nesse mesmo horizonte, a autora compara o amor a um equilíbrio constante entre tendências de simbiose e separação. Amar é navegar entre as tensões de se tornar um e se separar, refletindo uma dialética existencial. Há uma dinâmica entre o amor e o conhecimento, bem como um equilíbrio contínuo entre excesso e falta de proximidade (distância) e determinação e ser determinado. O conhecimento mais elevado, segundo a autora, compartilha características fundamentais com o relacionamento amoroso, incluindo envolvimento pessoal, concretude e transformação mútua. Por fim, o conhecimento mais significativo não é a forma abstrata e destacada, mas sim a forma envolvida e participativa, que compartilha características essenciais com o relacionamento amoroso (DE JAEGHER, 2021, p. 860–862).

Desse modo, Carvalho *et al.* (2022, p. 154), com base em hooks (2000) e De Jaegher (2021), defendem que o amor tem essa dimensão coletiva, uma vez que a comunidade é o local importante para a prática do amor e que é possível engajamentos na busca do equilíbrio entre subdeterminação e sobredeterminação.

Além disso, Carvalho *et al.* (2022) afirmam que há uma relação entre amor e conhecimento, superando concepções tradicionais que os consideram antagônicos.

¹⁶ The movement of loving not only starts in a precise place; it also goes out to a specific place: the loved. Lover and loved are particular and concrete. And finally, it also goes for what takes place between them: their relation. This phenomenon, like letting be, has not two but three basic elements: the lover, the loved, and their relationship (DE JAEGHER, 2021, p. 860).

Assim, defendem o amor como força social coletiva e posicionam o amor como uma virtude intelectual responsabilista. O amor, interligado ao conhecimento, pode contribuir para a aceitação da particularidade dos objetos de conhecimento, bem como para o reconhecimento e valoração de diversos pontos de vista, contribuindo assim para a epistemologia. O amor não se opõe ao conhecimento, mas oferece uma contribuição epistêmica positiva, o que acaba beneficiando a comunidade como um todo.

Por fim, a estabilidade do amor como traço de caráter é vinculada à sensibilidade dos agentes epistêmicos em relação aos vieses preconceituosos e às estruturas sociais opressoras. O amor pode ser um impulsionador para uma maior abertura a perspectivas de outros agentes e grupos sociais. Carvalho *et al.* afirmam que:

Além disso, como as virtudes epistêmicas da humildade, curiosidade intelectual e mente aberta são desenvolvidas a partir do encontro e engajamento com forças cognitivas de resistência, uma consequência interessante da complementação da epistemologia da resistência com a epistemologia do amor é que estas virtudes poderão também ser incorporadas pelo agente em traços duradouros de caráter (CARVALHO, *et al.*, 2022, p. 154).

No campo da justiça social, o amor pode se tornar um aliado potente nas lutas por equidade. Sua contribuição para inversões epistemológicas e para a redefinição de conceitos relacionados à opressão e à injustiça revela sua relevância como parte do capital epistêmico coletivo.

ATENÇÃO AMOROSA EM IRIS MURDOCH

Murdoch propõe conceitos morais totalmente diferentes da tradição da filosofia moral moderna. No seu livro *Soberania do Bem*, ela argumenta que a tarefa do agente moral deve envolver uma percepção verdadeira e amorosa de outro indivíduo. Portanto, ela destaca o amor como elemento central em sua filosofia moral. Nesse sentido, ela afirma: “(...) Instâncias dos fatos, como ousadamente os chamarei, que me interessam e que parecem ter sido esquecidas ou descartadas por teorias, são o fato de que uma vida não examinada pode ser virtuosa e o fato de que o amor é um conceito central na moral” (MURDOCH, 1970, p. 2).¹⁷

¹⁷(...) Instances of the facts, as I shall boldly call them, which interest me and which seem to have been forgotten or ‘theorized away’, are the fact that an unexamined life can be virtuous and the fact that love is a central concept in morals (MURDOCH, 1970, p. 2).

A partir dessa perspectiva, a visão de Murdoch (1970) sobre a moralidade está relacionada à capacidade de resposta que um indivíduo tem para com o outro indivíduo, especificamente o que ela chama de atenção amorosa. Assim, essa capacidade de resposta não segue uma complexidade universal, pois, para ela, as relações pessoais são o local onde ocorre esse esforço moral. A tarefa moral, segundo Murdoch (1970), não é encontrar razões ou princípios de ação, mas está ligada a entender e penetrar na realidade de outras pessoas.

Assim, a atenção amorosa mencionada por Murdoch (1970) refere-se à capacidade do indivíduo de não deixar seus preconceitos e desejos em relação a outras pessoas interferirem na apreciação das necessidades e situações do outro.

Em continuidade a esse raciocínio, Murdoch afirma que o amor pertence ao domínio da moral, sendo uma atividade essencialmente moral que não se resume a ações visíveis e publicamente observáveis. Esse tipo de ação, que ela chama de “atenção”, desafia as premissas behavioristas da filosofia moral, segundo as quais: “(...) a moralidade deve ser ação, visto que os conceitos mentais só podem ser analisados geneticamente. (...) a moralidade reside no ponto da ação” (MURDOCH, 1970, p. 15).¹⁸

Dessa forma, essa concepção behaviorista de moralidade (e também a existencialista) exclui outros conceitos, tal como “atenção”, “amor”, que são periféricos na filosofia moral contemporânea. Murdoch defende que se deve prestar atenção aos objetos, dando-lhes significados morais antes mesmo de que nossas ações morais sejam publicamente observáveis. A “atenção”, para Murdoch, é uma atividade moral fundamental e uma espécie de amor. E acrescenta: “(...) o amor é o conhecimento do indivíduo” (MURDOCH, 1970, p. 27).¹⁹

Além disso, para Murdoch, há uma relação intrínseca entre liberdade e conhecimento, na medida em que conhecer é compreender a realidade tal como ela se dá. Ela observa:

(...) aquilo de que se tem conhecimento, aquela ‘realidade’ que somos tão naturalmente levados a considerar como revelada apenas pela ‘atenção’, pode, evidentemente, dada a variedade da personalidade e da situação humanas, ser pensada como ‘única’, como um objeto único para todos os

¹⁸(...) morality must be action since mental concepts can Only be analysed genetically. (...) morality resides at the point of action (MURDOCH, 1970, p. 15).

¹⁹(...) love is knowledge of the individual (MURDOCH, 1970, p. 27).

homens, em algum sentido muito remoto e ideal” (MURDOCH, 1970, p. 37).²⁰

Sob esse ponto de vista, segundo Murdoch (1970), o amor, como virtude que é, tem posição epistêmica na vida ética, bem como a realidade não é percebida pelo indivíduo, exceto pelo amor, pois o amor tem um significado particular na percepção da realidade moral. Assim, o amor ao próximo implica numa relação epistêmica que envolve conhecimento e desenvolvimento contínuo para uma compreensão verdadeira dos indivíduos.

Consequentemente, para Murdoch (1970), as virtudes são unificadas, por isso o amor se interliga com todas as outras virtudes. Todavia, o amor tem status elevado dentre as virtudes, pois, como já mencionamos, ela afirma: “(...) o amor é um conceito central na moral” (MURDOCH, 1970, p. 2).²¹

Igualmente, o amor se conecta de forma estreita com o bem. Para ela, o amor é uma forma de percepção do real e o real é o objeto do amor. Ela defende essa visão, quando diz: “(...) Em situações particulares, a ‘realidade’, enquanto aquilo que se revela ao paciente olhar do amor, é uma ideia inteiramente compreensível para a pessoa comum” (MURDOCH, 1970, p. 39).²² Assim, se todas as virtudes são a percepção do real, então o amor figura entre elas como a principal.

Para reforçar essa ideia, Murdoch (1970) afirma que é necessária atenção amorosa para uma visão verdadeira do mundo, o que permite a percepção de características particulares do mundo. Ela afirma que “essas palavras “Bom, Real, Amor” estão intimamente conectadas. (...) Se a apreensão do bem é a apreensão do indivíduo e do real, então o bem participa do caráter infinito e elusivo da realidade” (MURDOCH, 1970, p. 41).²³

Como ilustração dessa tese, Murdoch apresenta o exemplo clássico de “M” (a mãe) e “D” (a nora), destacando a importância da atenção moral. Eis o exemplo:

²⁰ (...) that of which it is knowledge, that ‘reality’ which we are so naturally led to think of as revealed by just ‘attention’, can of course, given variety of human personality and situation, Only be thought of as ‘one’, as a single object for all men, in some very remote and ideal sense (MURDOCH, 1970, p. 37).

²¹(...) love is a central concept in morals (MURDOCH, 1970, p. 2).

²² (...) In particular situations ‘reality’ as that which is revealed to the patient eye of love is an idea entirely comprehensible to the ordinary person (MURDOCH, 1970, p. 39).

²³These words ‘Good, Real, Love’ are closely connected,” e posteriormente argumenta: “(...) If apprehension of good is apprehension of the individual and the real, then good partakes of the infinite elusive character of reality (MURDOCH, 1970, 41).

Uma mãe, que chamarei de M, nutre hostilidade em relação à nora, que denominarei D. M considera D uma moça de bom coração, mas, embora não seja exatamente vulgar, certamente se mostra sem polidez e carente de dignidade e refinamento. D tende a ser impertinente e familiar, insuficientemente cerimoniosa, brusca, às vezes positivamente rude e invariavelmente tediosamente juvenil. M não aprecia o sotaque de D nem a maneira como ela se veste. M sente que seu filho casou-se abaixo de seu nível. Suponhamos, para fins deste exemplo, que a mãe, pessoa de conduta extremamente “correta”, se comporte de forma exemplar com a jovem durante todo o tempo, sem permitir que sua opinião real se manifeste de nenhuma maneira. Poderíamos enfatizar esse aspecto do exemplo supondo que o jovem casal tenha emigrado ou que D esteja agora falecida, de forma que se garanta que o que se questiona como ocorrendo acontece integralmente na mente de M. Assim expostas as primeiras impressões de M sobre D, o tempo passa, e pode ocorrer que M consolide um sentimento amargurado e uma imagem fixa de D, aprisionada (se me é permitido usar uma palavra que pressupõe a conclusão) pelo clichê: “meu pobre filho casou com uma moça tola e vulgar”. Contudo, a M do exemplo é uma pessoa inteligente e bem-intencionada, capaz de autocrítica, apta a dispensar uma atenção cuidadosa e justa a um objeto que se lhe apresenta. M diz a si mesma: “Sou antiquada e convencional. Posso ser preconceituosa e de mente fechada. Posso ser esnobe. Certamente, sou ciumenta. Devo observar novamente.” Aqui, assumo que M observa D ou, ao menos, reflete deliberadamente sobre ela, até que gradualmente sua visão sobre D se transforma. Se considerarmos que D agora está ausente ou falecida, fica claro que a mudança não reside no comportamento de D, mas na mente de M. Descobre-se, então, que D não é vulgar, mas agradavelmente simples; não é desprovida de dignidade, mas espontânea; não é barulhenta, mas alegre; não é tediosamente juvenil, mas deliciosamente jovial, e assim por diante. E, como afirmo, *ex hypothesi*, o comportamento externo de M, que já fora exemplar desde o princípio, não se altera de forma alguma. (MURDOCH, 1970, p. 16-17).²⁴

Com base nessa narrativa, Murdoch conclui que a mudança ocorrida em M decorre da atenção amorosa e afirma: “(...) Esta mulher agora vê fatos que antes não via,

²⁴A mother, whom I shall call M, feels hostility to her daughter-in-law, whom I shall call D. M finds D quite a good-hearted girl, but while not exactly common yet certainly unpolished and lacking in dignity and refinement. D is inclined to be pert and familiar, insufficiently ceremonious, brusque, sometimes positively rude, always tiresomely juvenile. M does not like D's accent or the way D dresses. M feels that her son has married beneath him. Let us assume for purposes of the example that the mother, who is a very 'correct' person, behaves beautifully to the girl throughout, not allowing her real opinion to appear in any way. We might underline this aspect of the example by supposing that the young couple have emigrated or that D is now dead: the point being to ensure that whatever is in question as happening happens entirely in M's mind.

Thus much for M's first thoughts about D. Time passes, and it could be that M settles down with a hardened sense of grievance and a fixed picture of D, imprisoned (if I may use a question begging word) by the cliché: my poor son has married a silly vulgar girl. However, the M of the example is an intelligent and well-intentioned person, capable of self-criticism, capable of giving careful and just attention to an object which confronts her. M tells herself: 'I am old-fashioned and conventional. I may be prejudiced and narrow-minded. I may be snobbish. I am certainly jealous. Let me look again.' Here I assume that M observes D or at least reflects deliberately about D, until gradually her vision of D alters. If we take D to be now absent or dead this can make it clear that the change is not in D's behaviour but in M's mind. D is discovered to be not vulgar but refreshingly simple, not undignified but spontaneous, not noisy but gay, not tiresomely juvenile but delightfully youthful, and so on. And as I say, *ex hypothesi*, M's outward behaviour, beautiful from the start, in no way alters. (MURDOCH, 1970, p. 16-17).

não por se enganar, mas utilizando uma ‘atenção justa e amorosa’” (MURDOCH, 1970, p. 17).²⁵

A esse respeito, Murdoch (1970, p. 36) reforça que é o amor que leva M a alterar sua atitude moral, argumentando que, quando alguém é justo e amoroso, percebe o outro como ele é realmente e frequentemente somos compelidos automaticamente pelo que percebemos. Se ignorarmos o trabalho prévio da atenção e focarmos apenas no instante da escolha, é provável que identifiquemos a liberdade com a ação em si, pois não há outro ponto de referência. No entanto, ao considerarmos a continuidade do trabalho da atenção e sua atuação na construção de estruturas de valor ao nosso redor, compreendemos que, nos momentos cruciais de decisão, grande parte da escolha já foi realizada.

Nesse mesmo sentido, Murdoch (1970, p. 33) reitera a importância da atenção amorosa, afirmando: “Utilizei a palavra ‘atenção’, que empresto de Simone Weil, para expressar a ideia de um olhar justo e amoroso direcionado a uma realidade individual. Acredito que essa seja a marca característica e própria do agente moral ativo” (MURDOCH, 1970, p. 33).²⁶

Murdoch (1970, p. 36) explica o uso do termo “atenção”, afirmando que prefere usar o termo “atenção” como um termo positivo, enquanto utiliza uma palavra mais geral, como “olhar”, de forma neutra. Ela reconhece que a energia psíquica tende a fluir facilmente para a construção de imagens coerentes, mas falsas, do mundo, apoiadas por um vocabulário sistemático. A atenção, nesse contexto, é o esforço para combater esses estados de ilusão.

Por esse motivo, o amor de uma pessoa pela outra está umbilicalmente ligado à sua importância com a própria vida, pois ela vê o outro nela mesma, distinta e separada. Ver o outro como você mesmo e, ao mesmo tempo, entender que são pessoas distintas e separadas é o grande exercício do indivíduo moral e, somente com atenção amorosa, é possível fazer esse exercício moral.

²⁵(...) This woman now sees facts that she did not see before, not by deceiving herself but by using ‘just and loving attention’ (MURDOCH, 1970, p. 17).

²⁶ I have used the word ‘attention’, which I borrow from Simone Weil, to express the idea of a just and loving gaze directed upon an individual reality. I believe this to be the characteristic and proper mark of the active moral agent (MURDOCH, 1970, p. 33).

Assim, em *A Soberania do Bem*, Murdoch (1970) enfatiza a importância da percepção moral como componente fundamental de uma vida eticamente orientada. Raciocinar corretamente em situações morais não é suficiente para que o indivíduo perceba a moralidade do outro. Assim, a ética do amor proposta por Murdoch reside na ideia de que o outro deve ser visto de maneira atenta e amorosa (*loving attention*), o que permite apreender sua particularidade como sujeito.

Com efeito, a ética do amor faz com que cada pessoa moral seja percebida como única – com limitações, desejos e necessidades distintas – como exemplificado por Murdoch no caso de “M” e “D”. Portanto, a visão amorosa e atenta do outro conduz a um entendimento singular entre pessoas morais, sem imparcialidade fria, mas com total comprometimento com o outro.

Portanto, a proposta de Murdoch (1970) pode, de fato, ter impactos significativos nas relações interpessoais, contribuindo para minimizar ou mesmo eliminar discriminações sociais vividas por grupos vulneráveis, por meio da prática da atenção amorosa.

A RELAÇÃO ENTRE ATENÇÃO E AMOR

Há uma relação muito próxima entre atenção e amor. Como já dito, a atenção (*top-down*) nos direciona voluntariamente a perceber características do outro. Segundo Jennings (2020, p. 201), a atenção constitui uma forma de conhecimento sensível, pois a atenção permite ao sujeito compreender a realidade que o cerca. Por sua vez, o amor envolve a percepção do outro, ou seja, o amor pode ser visto como forma de “engajamento em que se desenvolve e se cultiva um interesse ativo pelo outro (CARVALHO, *et al*, 2022, p. 143).

Nesse contexto, Jennings (2020) destaca o papel crucial da atenção, sublinhando sua importância na existência do eu, da consciência, da percepção e da ação. A autora argumenta que muitas interações com o mundo não requerem atenção consciente. A mente atenta é apresentada como ativa e capaz de moldar seu ambiente, mas também persiste em um estado passivo, empregando habilidades e hábitos adquiridos para uma navegação eficiente pelo mundo. Ao reconhecer que a mente frequentemente adquire informações do mundo, Jennings destaca, também, momentos em que a mente está

simplesmente imersa no mundo, sem buscar ativamente informações. Nesses casos, a atenção está envolvida de forma mais sutil, moldando a experiência.

A esse respeito, a autora aponta que, quando a mente adquire informações do mundo, a atenção está, de fato, trabalhando essas informações. Nesse processo, ela ressalta a capacidade única das mentes humanas de adquirir informações e interagir com a realidade fenomênica. A atenção, segundo Jennings, é o elemento distintivo que separa cada indivíduo do mundo, dando forma a uma mente atenta única para cada pessoa. Essa visão unificada da mente como ativa, passiva e atenta destaca a complexidade e a riqueza da interação humana com o ambiente circundante (JENNINGS, 2020, p. 199-203).

Assim, Jennings destaca que a atenção é uma forma de priorização e seleção, operando sobre processos de seleção que ocorrem em níveis mais locais (JENNINGS, 2020, p. 115). Segundo Jennings (2020), o interesse do sujeito por esse ou aquele objeto é que despertará a atenção, pois a percepção da realidade de certos objetos pode aguçar a atenção, o que induzirá o sujeito ao conhecimento do objeto de modo mais particular. Em suas palavras:

Por essa razão, como mencionado acima, um elevado nível de atenção não é necessário para cada percepto consciente. Ou seja, algumas partes de uma experiência podem ocorrer independentemente da atenção. Perceptos traumáticos e incômodos, por exemplo, às vezes são realçados como especialmente salientes por mecanismos locais de processamento. Nesse caso, a aplicação dos interesses atuais por meio da atenção pode não ter um impacto significativo, permitindo que esses perceptos dominem a experiência. Assim, a atenção pode estar presente, no sentido de que a priorização com base nos interesses atuais do sujeito ocorreu, sem que o primeiro plano corresponda a esses interesses. Nessa situação, a atenção pode ser sentida através de uma tensão de esforço, em vez de ser percebida na distribuição resultante do campo perceptual (JENNINGS, 2020, p. 115).²⁷

Sob essa perspectiva, De Jaegher, ao abordar o conhecimento, afirma que a reciprocidade está presente quando conhecemos coisas que nos conhecem de volta, notavelmente outras pessoas. A autora destaca a diferença entre o conhecimento objetivo e o conhecimento engajado, argumentando que o conhecimento objetivo é uma

²⁷For that reason, as is mentioned above, a high level of attention is not necessary for every conscious percept. That is, some parts of an experience may occur despite attention. Traumatic and annoying percepts, for example, are sometimes promoted as especially salient by local processing mechanisms. In that case, the application of one's current interests through attention might not make much of an impact, allowing the traumatic and annoying percepts to dominate one's experience. Thus, attention can be present, in the sense that prioritization based on the subject's current interests did occur, without the foreground corresponding to the subject's current interests. In that case, attention might be felt through a tension of effort, rather than seen in the resultant distribution of the perceptual field (JENNINGS, 2020, p. 115).

forma mais distante de conhecer, enquanto o conhecimento engajado é o que é abstraído desse processo. Para a autora, quanto mais o conhecimento se torna objetivo, mais ele se distancia das relações com o “objeto” do conhecimento. Por outro lado, na experiência do amor, aqueles que amam influenciam uns aos outros, sugerindo uma dinâmica mais integrada e recíproca, ou seja, há uma influência bidirecional entre o conhecedor e o conhecido (DE JAEGER, 2021, p. 863). Reforçando essa concepção, De Jaeger esclarece:

O que tentei demonstrar é que amar envolve conhecer, e que conhecer envolve amar. Amar e conhecer, para os seres humanos, implicam um ao outro. Compreender o conhecimento apenas de maneira ‘fria’, abstrata e objetiva é ou não perceber o amor envolvido, ou não conhecer plenamente (DE JAEGER, 2021, P. 865).²⁸

Diante disso, atenção e amor revelam-se interligados, pois o amor é uma forma de conhecimento e a atenção, igualmente, envolve conhecimento sensível. A atenção permite que o amor seja reconhecido em nível epistêmico. O amor não poderia existir sem que envolvesse a atenção, uma vez que esta atua constantemente no desvelamento do amor, tanto em sua dimensão coletiva quanto individual. Naturalmente, de acordo com bell hooks, o amor não se resume ao conhecimento: envolve também cuidado, respeito e responsabilidade (hooks, 2000, p. 136). Todos esses elementos, de toda forma, são despertados ou ao menos potencializados pela atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor tem sido debatido ao longo dos séculos por poetas, filósofos etc. Todavia, as abordagens, na maioria das vezes, têm sido assistemáticas e desprovidas de uma epistemologia do amor. Outrossim, o amor tem sido considerado como se estivesse fora do conhecimento humano, isto é, fora da percepção, da consciência, do saber.

Nesse sentido, quando o poeta Camões afirma, em seu soneto, que o “Amor é fogo que arde se vê É ferida que dói, e não se sente. É um contentamento descontente. É dor que desatina sem doer. (...)” (SENA, 2001), ele não quer dizer que esse sentimento ocorre sem o conhecimento. Há aí todo um processo da imaginação que retém esse sentimento no pensamento.

²⁸What I have attempted to show is that loving involves knowing, and that knowing involves loving. Loving and knowing, for human beings, entail each other. To understand knowing only “coldly,” abstractly, objectively is either not to see the loving involved, or not to know fully” (DE JAEGER, 2021, p. 865).

Partindo dessa compreensão, o amor não é uma entidade que brota nos pensamentos do ser humano, mas sim um conhecimento que se revela por meio de ações intelectivas. Assim, pode-se dizer que Jennings contribui significativamente para o debate quando associamos sua pesquisa sobre “atenção” à discussão acerca do amor.

Nesse contexto, a atenção, entendida como uma ação voluntária que ocorre de dentro para fora para eleger objetos, características, regiões no espaço, o tempo etc., ou seja, de maneira subjetiva, é, para a autora Jennings, um conhecimento sensível. Assim, a atenção pode ser associada ao desvelamento do amor, na medida em que este pode ser compreendido como conhecimento, percepção. Há diversos elementos agregados ao amor em uma dimensão coletiva, tais como cuidado, confiança, respeito e responsabilidade, conforme hooks (2000).

De forma análoga, assim como o conhecimento se desenvolve paulatinamente por meio da experiência, pode-se afirmar o mesmo a respeito do amor. Autoras como Murdoch (1970), hooks (2000) e De Jaegher (2021) concordam que o conhecimento é um elemento fundamental do amor.

Portanto, o amor não é um sentimento que brota dos pensamentos sem qualquer conhecimento, sem nenhuma percepção; é um conhecimento sensível, tal como a atenção. Esta atua como moduladora do amor.

Dessa maneira, a partir do momento em que a atenção se volta para o amor, temos o conhecimento, a percepção de sua existência, o que permite o desenvolvimento dos demais elementos apontados por hooks (2000). Esses elementos agregados compõem a epistemologia do amor, que sustenta sua dimensão coletiva.

Por fim, ao se considerar uma epistemologia do amor a partir do conhecimento, bem como ao inserir a atenção como forma de desvelar o amor, estabelece-se uma base sólida para fundamentar o amor coletivo em uma comunidade. Dessa forma, o amor pode oferecer uma contribuição epistêmica para a compreensão das estruturas sociais opressoras, tais como as discriminações sociais estruturais na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Felipe Nogueira de; ANDRADE, Érico. Entre o conhecer e o deixar ser: uma abertura para a epistemologia do amor. *Revista Em Construção: Arquivos de Epistemologia Histórica e Estudos de Ciências*, [S.l.], n. 12, p. 137–156, 2022.

DE JAEGER, Hanne. Loving and knowing: reflections for an engaged epistemology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 20, n. 5, p. 847–870, 2021.

DESCARTES, René. *Discurso do método; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Introdução de Gilles-Gaston Granger. Prefácio e notas de Gérard Lebrun. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1993. (Os Pensadores).

DESCARTES, René. *Meditations on first philosophy: with selections from the objections and replies*. Translated with an introduction and notes by Michael Moriarty. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FREITAS, Vinícius França. Consciência e reflexão no Ensaio de Locke. *Discurso*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 84–100, 2020.

HOOKS, Bell. *All about love: new visions*. New York: Harper Collins Publishers, 2000.

HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Débora Danowski. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2009.

JENNINGS, Carolyn Dacey. *The attending mind*. New York: Cambridge University Press, 2020.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KATSUKI, Fumi; CONSTANTINIDIS, Christos. Bottom-up and top-down attention: different processes and overlapping neural systems. *The Neuroscientist*, v. 20, n. 5, p. 509–521, 2014.

LOCKE, John. *An essay concerning human understanding*. Edited by John Yolton. London: Everyman's Library, 1993.

MURDOCH, Iris. *The sovereignty of good*. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? In: NAGEL, Thomas. *Mortal questions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 165–180.

PINTO, Y.; VAN DER LEIJ, A. R.; SLIGTE, I. G.; LAMME, V. A. F.; SCHOLTE, H. S. Bottom-up and top-down attention are independent. *Journal of Vision*, v. 13, n. 3, p. 1–14, 2013. Disponível em: <http://www.journalofvision.org/content/13/3/16>. Acesso em: 11, set. 2024.

PLATÃO. *Diálogos: O banquete, Fédon, Sofista, Político*. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleika e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SENA, Jorge de. *Os sonetos de Camões e o soneto quinhentista peninsular*. Lisboa: Edições 70, 1981.

YOUNG, Benjamin D.; JENNINGS, Carolyn Dicey. *Mind, cognition, and neuroscience: a philosophical introduction*. New York: Routledge, 2022.